

SUMÁRIO

Preparação para concurso público	41	1.2. Relações de trabalho na Antiguidade.....	59
1. A decisão	42	1.3. Relações de trabalho na Idade Média (séculos V ao XV).....	60
2. A preparação	42	1.4. Relações de trabalho após a Revolução Industrial e o surgimento do Direito do Trabalho.....	61
3. A espera pela nomeação e a posse.....	43	2. Histórico do Direito do Trabalho no mundo	62
Dicas para preparação específica ao cargo de Juiz do Trabalho Substituto e Procurador do Trabalho (MPT)	45	2.1. Formação do Direito do Trabalho.....	62
1. Introdução	45	2.2. Sistematização e consolidação do Direito do Trabalho	63
1.1. Plano infalível	45	2.3. Institucionalização do Direito do Trabalho.....	63
1.2. O seu pior inimigo antes e durante a preparação.....	46	2.4. Crise e transição do Direito do Trabalho	64
1.3. Exercícios físicos durante a preparação para Magistratura e MPT.....	46	3. Origem e evolução do Direito do Trabalho no Brasil ..	65
1.4. Sono, descanso e lazer	46	3.1. Manifestações incipientes ou esparsas (1888-1930)	65
2. Preparação específica	47	3.2. Institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil (1930-1945)	66
2.1. Pergunta clássica: quantas horas de estudo diário são necessárias para aprovação?	47	3.3. Manutenção do modelo corporativista (1945 a 1988)	66
2.2. Planilha e organização de estudos.....	48	3.4. Transição democrática do Direito do Trabalho brasileiro	66
2.2.1. Planilha – Dedicção exclusiva aos estudos	48	3.5. A onda renovatória do Direito do Trabalho brasileiro.....	68
2.2.2. Planilha – Divisão do tempo entre trabalho e estudos.....	49	4. Evolução das Constituições brasileiras	71
2.2.3. Monte a sua própria planilha.....	50	4.1. Constituição de 1824.....	71
2.3. Dedicção às matérias dos concursos para Magistratura do Trabalho e MPT	51	4.2. Constituição de 1891	71
2.4. Técnica de estudar em grupo – funciona?	51	4.3. Constituição de 1934.....	71
2.5. Grupo de estudo virtual para troca de materiais e questionamentos nas últimas fases do concurso	52	4.4. Constituição de 1937.....	72
2.5.1. Redes sociais e preparação para o curso.....	52	4.5. Constituição de 1946.....	73
2.6. Cursos preparatórios.....	53	4.6. Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1/1969	74
2.6.1. Cursos presenciais.....	53	4.7. Constituição Federal de 1988	75
2.6.2. Cursos telepresenciais e os novos cursos on-line.....	53		
2.7. Uso de estimulantes para turbinar os estudos ..	54		
3. Cursos e Bibliografia básica para os concursos na área trabalhista	54		
4. Momento em que o estudante decide desistir do curso	55		

● PARTE I

DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO DIREITO DO TRABALHO

1. Surgimento e Histórico do Direito do Trabalho	59
1.1. Origem etimológica do termo “trabalho”	59

CAPÍTULO II

A REFORMA TRABALHISTA

1. Histórico	79
2. VALORIZAÇÃO DO NEGOCIADO E IMPACTOS NO DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO	80
3. Reforma Trabalhista e Direito Intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – tese vinculante nº 23 do TST).....	85
3.1. Normas processuais e Instrução Normativa nº 41 do TST	89

CAPÍTULO III

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

1. Introdução ao Direito do Trabalho	91
1.1. Importância da CLT para o Direito do Trabalho ..	92
2. Fontes do direito do trabalho.....	92

[illegible]

CAPÍTULO IV

SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO.....

1.	Empregado.....	145
1.1.	Requisitos da relação empregatícia	145
1.1.1.	Alteridade.....	148
1.1.2.	Reconhecimento do vínculo de emprego pelo Auditor-Fiscal do Trabalho	149
1.1.3.	Limites ao reconhecimento do vínculo de emprego (Informativo nº 218 do TST)	149
1.1.4.	Empregado “hipersuficiente” (Reforma Trabalhista)	149
1.1.5.	Atividades de direção e assessoramento de partidos políticos.....	151
1.2.	Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego.....	152
1.2.1.	Exclusividade	152
1.2.2.	Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista)	152
1.2.3.	Profissionalidade	154
1.3.	Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas)	154
2.	Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS	156
2.1.	CTPS Digital (Carteira de Trabalho Digital)	157
2.2.	Informações obrigatórias na CTPS	158
2.3.	Valor das anotações da CTPS.....	159
2.4.	Anotação em CTPS	160
2.4.1.	Anotações gerais e anotações especiais	160
2.4.2.	Anotações sobre a remuneração.....	161
2.4.3.	Apresentação da CTPS.....	161
2.4.4.	Registros eletrônicos equivalentes às anotações	162
2.4.5.	Prazo para acesso às informações de anotação.....	162
2.4.6.	Multa pelo descumprimento do dever de anotação.....	162
2.4.7.	Vedação de anotações desabonadoras.	162
2.4.8.	Falta de anotação da CTPS e a não configuração de dano moral in re ipsa (Tese vinculante nº 60 do TST)	163
2.4.9.	Retenção injustificada da CTPS e o dano moral in re ipsa (Tese vinculante nº 192 do TST)	163
2.5.	Registro de empregados	164

2.5.1.	Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista)	164	3.3.5.	Aplicação dos dispositivos da Reforma Trabalhista aos empregados públicos ...	209
2.5.2.	Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista)	166	3.3.5.1.	Jornada 12x36	209
2.6.	Exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT)	167	3.3.5.2.	Distrato	209
2.7.	Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais (Tese vinculante nº 01 do TST)	167	3.3.5.3.	Teletrabalho	210
2.8.	Carta de recomendação do ex-empregado	169	3.3.5.4.	Trabalho intermitente	210
3.	Relações empregatícias especiais	169	3.3.6.	Vedação à redução de salários e de jornada e suspensão contratual dos empregados públicos durante a pandemia	211
3.1.	Empregado rural	170	3.4.	Proteção do trabalho do adolescente	211
3.1.1.	Identificação da figura do empregado e empregador rural	170	3.4.1.	Jornada de trabalho do adolescente	213
3.1.2.	Peculiaridades dos empregados rurais ..	171	3.4.2.	Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente	214
3.1.3.	Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5889/73)	172	3.4.2.1.	Trabalho infantil artístico	215
3.1.4.	Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural	173	3.4.2.2.	Dos direitos de profissionalização e à proteção do trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 e alterações)	217
3.1.5.	Prescrição aplicável ao contrato de trabalho rural	173	3.4.2.3.	Trabalho educativo	217
3.2.	Empregado doméstico	174	3.4.3.	Do papel dos representantes legais do adolescente	217
3.2.1.	Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico	177	3.4.4.	Das férias	218
3.2.2.	Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015	178	3.4.5.	Do salário	218
3.2.2.1.	Jornada de trabalho e compensação	178	3.4.6.	Da prescrição	218
3.2.2.2.	Trabalho em regime de tempo parcial	180	3.4.7.	Meio Ambiente de Trabalho	219
3.2.2.3.	Períodos de descanso	181	3.5.	Aprendiz	220
3.2.2.4.	Contrato individual de trabalho	183	3.5.1.	Contrato de trabalho especial	221
3.2.2.5.	Remuneração	185	3.5.2.	Prazo para o contrato de aprendizagem	221
3.2.2.6.	Proteção do trabalho da mulher	186	3.5.3.	FGTS	221
3.2.2.7.	FGTS	186	3.5.4.	Obrigatoriedade na contratação de aprendizes	222
3.2.2.8.	Seguro-desemprego	189	3.5.4.1.	Motoristas e cobradores e a cota de aprendizes (Tese vinculante nº 66 do TST)	223
3.2.2.9.	Aviso-prévio	190	3.5.4.2.	Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas	223
3.2.2.10.	Término do contrato de trabalho	191	3.5.5.	Jornada de trabalho do aprendiz	223
3.2.2.11.	Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT	193	3.5.6.	Vínculo empregatício do aprendiz	224
3.2.2.12.	Papel da fiscalização do Trabalho	193	3.5.7.	Extinção do contrato de aprendizagem	224
3.2.2.13.	Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito ..	194	3.6.	Proteção do trabalho da Mulher	225
3.3.	Empregado público	199	3.6.1.	Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23)	225
3.3.1.	Introdução	199	3.6.2.	Proteção à maternidade	227
3.3.2.	Regime jurídico único (ADI 2135/DF)	199	3.6.2.1.	Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista)	228
3.3.3.	Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público ...	201	3.6.2.2.	Licença-maternidade	230
3.3.4.	Estabilidade do empregado público	205	3.6.2.3.	Estabilidade da gestante	237
3.3.4.1.	Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF)	205	3.6.3.	Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022)	249
3.3.4.2.	Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF)	207	3.6.3.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância	249
			3.6.3.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho	250
			3.6.3.3.	Das medidas para qualificação de mulheres	251
			3.6.3.4.	Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade	251
			3.6.3.5.	Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual	

e a outras formas de violência no âmbito do trabalho.....	252		pela Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego.....	274
3.6.3.6. Do Selo Emprega + Mulher ...	253	5.1.2.	Uberização das relações de trabalho.....	275
3.6.3.7. Alterações na CLT.....	253	5.1.2.1.	Cooperativismo de plataforma.....	278
3.6.4. Meio ambiente de trabalho.....	253	5.1.2.2.	Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega (Lei nº 14.297/2021).....	278
3.6.4.1. Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	254	5.1.2.3.	Projeto de Lei Complementar n. 12/2024 (Trabalhador autônomo por plataforma)....	278
3.6.4.2. Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022)	258	5.1.3.	Corretor de imóveis	281
3.6.4.3. Afastamento de gestantes e da lactante de atividades perigosas e penosas	258	5.1.4.	Transportador autônomo de cargas (MEI Caminhoneiro)	281
3.6.4.4. Revistas íntimas	259	5.1.5.	Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais ...	282
3.6.4.5. <i>Fim do intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista)</i>	260	5.1.6.	Advogado associado e outras formas de contratação além do vínculo empregatício (STF)	282
3.7. Mãe Social	262	5.2.	Trabalhador eventual.....	283
4. Proteção do trabalho da pessoa com deficiência.....	263	5.3.	Trabalhador avulso.....	283
4.1. Quem é a pessoa com deficiência?	263	5.3.1.	Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013)	283
4.2. As cotas para pessoas com deficiência e reabilitados (art. 93 da Lei nº 8.213/1991).....	264	5.3.2.	Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009)	286
4.2.1. Base de cálculo e composição efetiva da cota de pessoas com deficiência e reabilitados.....	264	5.4.	Trabalhador voluntário.....	286
4.2.1.1. Trabalhadores intermitentes e a cota legal de pessoas com deficiência e reabilitados	265	5.4.1.	Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário.....	287
4.2.2. O papel do MTE e do MPT no cumprimento das cotas para pessoas com deficiência e reabilitados	266	5.5.	Cooperado	288
4.2.3. Flexibilização da cota de pessoas com deficiência e reabilitados	267	5.6.	Estagiário	289
4.2.3.1. A possibilidade de aplicação da cota social na cota de pessoas com deficiência e reabilitados	268	5.6.1.	Introdução.....	289
4.2.3.2. Perícia e prova testemunhal para comprovar a impossibilidade de cumprimento da cota para pessoas com deficiência e reabilitados	269	5.6.2.	Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio)	290
4.2.4. Benefício de Prestação Continuada (LOAS) e a dificuldade de contratação de pessoas com deficiência	270	5.6.3.	Conceito de estágio.....	290
4.2.5. Descumprimento da cota legal e o dano moral coletivo	270	5.6.4.	Requisitos para existência do estágio regular.....	290
4.2.5.1. O TST e a inaplicabilidade de multa ou dano moral coletivo em caso de comprovado esforço para o cumprimento da cota de pessoas com deficiência e reabilitados	271	5.6.5.	Agentes de integração.....	290
4.2.5.2. Término do contrato de trabalho da pessoa com deficiência	272	5.6.6.	Partes envolvidas no estágio	290
5. Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício	272	5.6.6.1.	Instituição de ensino	291
5.1. Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista	272	5.6.6.2.	Parte concedente.....	291
5.1.1. Regulamentação do trabalho autônomo pela Portaria nº 349/2018 (anulada) e		5.6.6.3.	Estagiário	291
		5.6.7.	Fraude no estágio	292
		6.	Empregador	293
		6.1.	Empregador e princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus e na legislação de exceção.....	294
		6.2.	Grupo econômico	294
		6.2.1.	Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista).....	294
		6.2.2.	Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico.....	295
		6.2.3.	Contrato único.....	296
		6.2.4.	Assunto correlato: comissões dos bancários na venda de produtos do grupo econômico (Tese vinculante nº 56 do TST)	297
		6.3.	Sucessão de empresas.....	298
		6.3.1.	Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista)	298
		6.3.2.	Sucessão na Nova Lei de Falências.....	299
		6.3.3.	Sucessão entre entes de Direito Público	300

6.3.4. Sucessão em cartórios extrajudiciais	300	7.5. Responsabilidade da tomadora	333
6.3.5. Sucessão em razão da privatização.....	301	7.5.1. A natureza comercial do transporte de cargas e a não responsabilização da contratante	335
6.4. Sócio retirante (Reforma Trabalhista).....	302	7.5.2. Direito dos terceirizados.....	335
6.4.1. Responsabilidade do sócio retirante.....	302	7.5.3. Condições de trabalho (Reforma Traba- lhista).....	336
6.5. Poderes do empregador.....	303	7.5.3.1. Súmula nº 331 do TST	337
6.5.1. Poder de organização	303	7.5.3.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	337
6.5.1.1. Uso de logomarcas em unifor- mes (Reforma Trabalhista).....	304	7.5.3.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	337
6.5.1.3. Organizações de tendência.....	307	7.5.4. Salário equivalente	338
6.5.2. Poder de controle.....	310	7.5.4.1. Regulamentação prevista na OJ nº 383 da SDI-I do TST	338
6.5.2.1. Limitação do uso de banhei- ros.....	310	7.6. “Quarentena” e reforma trabalhista.....	340
6.5.2.2. Correio eletrônico.....	311	7.6.1. Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros.....	340
6.5.2.3. Revistas íntimas	312	7.6.1.1. Súmula nº 331 do TST	340
6.5.2.4. Revistas pessoais	312	7.6.1.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	341
6.5.2.5. Fiscalização por câmeras	313	7.6.1.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	341
6.5.2.6. Uso de polígrafo (detector de mentiras).....	313	7.6.2. Período de quarentena do empregado terceirizado	341
6.5.2.7. Programas espões de contro- le de atividade.....	314	7.6.2.1. Súmula nº 331 do TST	341
6.5.2.8. Restrições ao porte e uso do celular	314	7.6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	341
6.5.2.9. Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados	315	7.6.2.3. Quarentena na Reforma Traba- lhista (Lei nº 13.467/2017)	342
6.5.3. Poder disciplinar.....	316	7.7. Terceirização na Administração Pública	342
6.5.3.1. Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Traba- lhista)	317	7.7.1. Fraude na terceirização da Administra- ção Pública.....	342
6.5.4. Reintegração.....	318	7.7.2. Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obri- gações trabalhistas.....	343
7. Terceirização.....	322	7.7.2.1. Tema 1118 da Repercussão geral – ônus da prova na terceirização na administração pública.....	344
7.1. Introdução	322	7.7.2.2. Terceirização na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).....	346
7.2. Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma Trabalhista)	323	7.7.3. Organizações sociais	347
7.2.1. Súmula nº 331 do TST.....	324	7.7.4. Terceirização na Administração Pública Federal (Decreto nº 9.507/2018).....	348
7.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	325	8. Agências de colocação e recrutamento (Convenção 181 da OIT).....	349
7.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	325	9. Dono da obra e subempreitada	349
7.2.5. Direito intertemporal	327	9.1. Responsabilidade do empreiteiro na subemprei- tada	349
7.2.6. Requisitos para terceirização lícita e a capacidade econômica da empresa prestadora de serviços.....	327	9.2. Responsabilidade do dono da obra.....	350
7.2.7. Fraude na terceirização	328	10. Trabalho temporário	353
7.2.7.1. Terceirização nas empresas de “call center”.....	328	10.1. Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação	353
7.2.8. Críticas à legislação vigente	329	10.2. Trabalho temporário e a contratação no período de greve	355
7.2.9. Quarteirização	329	10.3. Empresa de trabalho temporário	356
7.2.10. A Constitucionalidade de outras formas de contratação distintas da CLT (ADPF 324/DF, Tema 725, ADC 48/DF, ADI 3.961/DF e ADI 5.625/DF)	330	10.3.1. Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário.....	356
7.2.11. Tema 1389 e a suspensão de ações trabalhistas que discutem “pejotização” pelo STF	331	10.4. Empresa tomadora de serviços.....	357
7.3. Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	333		
7.4. Requisitos do contrato de terceirização	333		

10.5. Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços.....	357	3.2.6. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho.....	407
10.6. Condições de trabalho	358	3.2.7. Responsabilidade do empregador para com terceiros e empregados pelo uso indevido e vazamento de dados pessoais	408
10.7. Abrangência de atividades do trabalho temporário	358	4. Classificação dos contratos de trabalho	409
10.8. Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços.....	359	4.1. Contrato por prazo determinado	409
10.9. Prazo do trabalho temporário	359	4.2. Hipóteses previstas na CLT.....	410
10.10. Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva	360	4.2.1. Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos)	411
10.11. Responsabilidade do tomador dos serviços....	360	4.3. Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado	411
10.12. Direitos assegurados aos trabalhadores temporários.....	361	4.4. Nova contratação.....	412
10.12.1. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	362	4.5. Término do contrato por prazo determinado	413
10.13. Diferenças entre terceirização e trabalho temporário.....	363	4.5.1. Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015).....	414
11. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	364	4.5.2. Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT)	415
12. Legislação relacionada ao capítulo	366	4.6. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98	416
13. Questões fundamentadas.....	368	4.6.1. Características	416
14. Meu resumo para memorização do capítulo	386	4.7. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	416
14.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	386	4.7.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável	417
		4.7.2. Conceito de trabalho intermitente.....	417
		4.7.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas.....	418
		4.7.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores....	419
		4.7.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente (ADI 5826)	419
		4.8. Regulamentação do trabalho intermitente.....	420
		4.8.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador	422
		4.8.2. Multa por descumprimento do acordo	423
		4.8.3. Direitos do empregado em trabalho intermitente.....	425
		4.8.4. Acordo individual entre empregado e empregador.....	426
		4.8.5. Trabalho intermitente durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção	427
		4.9. Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP nº 905/2019 – vigência encerrada)	427
		5. Alteração do contrato de trabalho	429
		5.1. Jus variandi – Alteração unilateral do contrato de trabalho	429
		5.2. Reversão.....	431
		5.3. Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista)	432
		5.3.1. Conceito de gratificação.....	432
		5.3.2. Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão	432

CAPÍTULO V

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

1. Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego	397
2. Características do contrato de trabalho	399
3. Elementos do contrato de trabalho.....	400
3.1. Nulidades do contrato de trabalho	400
3.1.1. Trabalho proibido.....	401
3.1.2. Trabalho ilícito.....	402
3.2. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho	402
3.2.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista.....	403
3.2.2. Hipóteses de tratamento de dados.....	404
3.2.3. Tratamento de dados de empregados adolescentes.....	405
3.2.4. Análise de situações concretas de aplicação da LGPD nas relações de trabalho	405
3.2.4.1. Tratamento de dados na fase pré-contratual	406
3.2.4.2. Tratamento de dados na vigência do contrato de trabalho.....	406
3.2.4.3. Tratamento de dados após o término do contrato de trabalho.....	406
3.2.5. Norma coletiva e uso de dados pessoais	407

5.3.3. Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista.....	432	1.2.6. Horas in itinere e empregados rurais (Tese vinculante nº 172 do TST).....	474
5.3.4. Direito intertemporal.....	433	1.3. Sobreaviso e prontidão.....	474
5.3.5. Limites à supressão de gratificação de função.....	433	1.4. Empregados não submetidos à limitação da jornada.....	476
5.4. Transferência de empregados.....	434	1.4.1. Gerentes com poderes de gestão.....	476
6. Suspensão e interrupção.....	435	1.4.2. Atividade externa.....	476
6.1. Hipóteses de interrupção.....	436	1.4.2.1. Motoristas.....	477
6.2. Hipóteses de suspensão.....	438	1.4.3. Teletrabalho ou trabalho remoto.....	486
6.3. Casos controvertidos.....	440	1.4.3.1. Caracterização do teletrabalho.....	488
6.4. Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada) e legislação de exceção.....	442	1.4.3.2. Solenidade para o teletrabalho.....	489
6.5. Obrigações trabalhistas criadas pelos entes subnacionais (ADI 4157/RJ).....	443	1.4.3.3. Alteração do regime presencial para teletrabalho.....	490
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	445	1.4.3.4. Alteração do regime de teletrabalho para o presencial.....	491
8. Legislação relacionada ao capítulo.....	446	1.4.3.5. Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto.....	491
9. Questões fundamentadas.....	447	1.4.3.6. Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho.....	492
10. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	455	1.4.3.7. Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022.....	493
10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	455	1.4.3.8. Teletrabalho durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 1.046/2021 e 927/2020) e legislação de exceção.....	495
CAPÍTULO VI		1.5. Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT).....	496
DURAÇÃO DO TRABALHO.....		1.5.1. Salário proporcional.....	498
1. Duração do trabalho.....	459	1.5.2. Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial.....	498
1.1. Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto.....	459	1.5.3. Adicional de horas extras.....	498
1.1.1. Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista).....	459	1.5.4. Compensação de jornada.....	500
1.1.2. Tempo à disposição do empregador.....	461	1.5.5. Férias dos empregados em regime de tempo parcial.....	500
1.1.2.1. Viagens para participação em cursos e treinamentos exigidos pela empresa e tempo à disposição do empregador.....	462	1.5.6. Abono pecuniário de férias.....	501
1.1.3. Controle de jornada e registro de ponto.....	462	1.5.7. Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – tese vinculante nº 23 do TST).....	502
1.1.4. Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional.....	464	1.5.8. Empregado doméstico.....	503
1.1.5. Cartões britânicos.....	465	1.6. Turnos ininterruptos de revezamento.....	503
1.1.6. Registro de ponto por exceção.....	465	1.7. Trabalho noturno.....	505
1.2. Horas in itinere (Reforma Trabalhista).....	466	1.7.1. Horários mistos.....	506
1.2.1. Horas in itinere antes da Reforma Trabalhista.....	467	1.7.2. Prorrogação do horário noturno.....	506
1.2.2. Horas in itinere depois da Reforma Trabalhista.....	467	1.8. Jornada do bancário.....	507
1.2.3. Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – tese vinculante nº 23 do TST).....	468	1.8.1. Divisor da hora de salário do bancário.....	508
1.2.4. Tempo médio das horas in itinere.....	473	1.8.3. Gerente-geral da CEF, norma interna (PCS/1989) e jornada (Tese vinculante nº 53 do TST).....	510
1.2.5. Horas in itinere e petroleiros (Tese nº 50 do TST).....	473	2. Trabalho extraordinário (REFORMA TRABALHISTA): hipóteses de prorrogação.....	511
		2.1. Limite de tolerância (Reforma Trabalhista).....	512
		2.1.1. Limite de tolerância no intervalo intrajornada.....	513
		2.2. Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista).....	514
		2.3. Compensação (Reforma Trabalhista).....	514
		2.3.1. Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada.....	516
		2.3.2. Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada.....	516

2.3.3.	Banco de horas (Reforma Trabalhista)...	517	3.2.2.1.	Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral.....	548
2.3.3.1.	Banco de horas antecipado durante a pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 – vigência encerrada) e legislação de exceção	518	3.2.2.2.	Autorização para o trabalho em domingos e feriados no comércio em geral	549
2.3.4.	Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista).....	518	3.2.2.3.	A portaria 3.665/2023 e a polêmica da “proibição do trabalho aos domingos e feriados”	549
2.3.4.1.	Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres	519	3.2.3.	Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres	551
2.4.	Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista).....	520	3.2.4.	Consequências do trabalho no DSR.....	552
2.4.1.	Regulamentação da Jornada 12x36.....	520	3.2.5.	Remuneração do DSR	553
2.4.2.	Jornada 12x36 na jurisprudência do TST.....	521	3.2.5.1.	Integração do adicional de horas extras no DSR, alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST e a Tese vinculante nº 09 do TST	554
2.4.3.	Jornada 12x36 na Reforma Trabalhista e impactos na Súmula 444 do TST	521	3.3.	Feriados	555
2.4.4.	Prestação de horas extras habituais e descaracterização da jornada 12x36.....	522	3.3.1.	Antecipação de feriados na pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 e 1.046/2021, vigência encerrada) e legislação de exceção	556
2.4.5.	Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36.....	523	3.4.	Férias	557
2.4.6.	Trabalho no DSR e feriados	523	3.4.1.	Introdução.....	557
2.4.7.	Trabalho noturno em jornada 12 x 36...	524	3.4.2.	Período aquisitivo	557
2.4.8.	Jornada 12x36 em atividades insalubres	525	3.4.3.	Duração do período de férias	557
2.4.9.	Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico.....	526	3.4.4.	Perda do direito de férias.....	558
2.5.	Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista)	527	3.4.4.1.	Tema nº 221 da Repercussão Geral do STF	558
2.5.1.	Força maior	527	3.4.5.	Período concessivo	559
2.5.2.	Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos....	528	3.4.6.	Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista)	559
2.6.	Recuperação de horas.....	529	3.4.6.1.	Empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos	561
3.	Período de descanso.....	529	3.4.7.	Remuneração das férias	561
3.1.	Intervalos	530	3.4.8.	Abono pecuniário de férias	562
3.1.1.	Intervalo intrajornada	530	3.4.9.	Férias concedidas após o período concessivo	563
3.1.1.1.	Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	532	3.4.9.1.	ADPF 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST	563
3.1.1.2.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada	534	3.4.10.	Férias do professor.....	564
3.1.1.3.	Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	535	3.4.11.	Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais	565
3.1.1.4.	Intervalos remunerados.....	536	3.4.12.	Prescrição	567
3.1.2.	Intervalo interjornada	540	3.4.13.	Férias individuais durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 927/2020 e 1.046/2021 – vigência encerrada) e legislação de exceção	567
3.2.	DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49).....	541	3.4.14.	Férias coletivas	567
3.2.1.	Atestados médicos no Direito do Trabalho	542	3.4.14.1.	Concessão de férias coletivas durante a pandemia (MP nº 927/2020 e MP nº 1.046/2021, vigência encerrada) e legislação de exceção.....	568
3.2.1.1.	Exigência de CID em atestados médicos.....	543	4.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	569
3.2.1.2.	Efeitos jurídicos da alta médica concedida pelo INSS e limbo jurídico previdenciário	544	5.	Legislação relacionada ao capítulo.....	574
3.2.2.	Trabalho no DSR e feriados	547	6.	Questões fundamentadas	574
			7.	Meu resumo para memorização do CAPÍTULO	581
			7.1.	Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.	581

CAPÍTULO VII

REMUNERAÇÃO

1. Salário e remuneração	589	2.5.4.4. Cumulação do adicional de periculosidade	617
1.1. Gorjetas.....	589	2.5.4.5. Da flexibilização do adicional de periculosidade	619
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos	589	2.5.5. Adicional de insalubridade	620
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017	589	2.5.5.1. Base de cálculo.....	628
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) ..	590	2.5.5.2. Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista)	629
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 ("Reforma da Reforma")	590	2.5.5.3. Reflexo nas demais parcelas..	631
1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021	590	2.5.5.4. Ambientes insalubres e horas extras	631
1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada)	590	2.5.5.5. Fornecimento de EPI e Ambiente de trabalho.....	632
1.1.7. Gueltas	591	2.5.5.5.1. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Previdência (NR-06)	633
1.2. Salário-mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo	591	2.5.5.6. Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	633
1.2.1. Salário mínimo do professor.....	593	2.5.5.7. Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF).....	634
1.2.2. Salários profissionais e normativos	593	3. Parcelas sem natureza salarial.....	635
1.2.2.1. Piso salarial nacional da enfermagem	594	3.1. Participação nos lucros e resultados – PLR	636
1.3. Salário complessivo.....	594	3.1.1. E se a empresa não tiver lucro?.....	636
2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista).....	595	3.1.2. Se o trabalhador não bater a meta / atingir os objetivos dispostos em ACT ou CCT?	636
2.1. Comissões e percentagens.....	596	3.1.3. PLR proporcional	637
2.1.1. Época do pagamento das comissões e percentagens.....	598	3.1.4. Flexibilização da PLR: a Súmula nº 451 do TST está superada?	637
2.1.2. Comissões sobre vendas a prazo (Tese vinculante nº 57 do TST) e comissões sobre vendas canceladas (Tese vinculante nº 65 do TST)	598	3.1.5. Participação dos empregados na gestão da empresa (ADO 85/DF)	637
2.1.3. Assunto correlato: comissões dos bancários na venda de produtos do grupo econômico (Tese vinculante nº 56 do TST)	598	3.1.5.1. Prazos fixados pelo STF até o momento nas ADOs ajuizadas contra os incisos do art. 7º da Constituição Federal	638
2.2. Gratificações (Reforma Trabalhista)	599	3.2. Ajuda de custo.....	639
2.2.1. Gratificação de função de confiança (Reforma Trabalhista)	600	3.3. Diárias para viagem (Reforma Trabalhista).....	639
2.2.2. Gratificação por tempo de serviço	602	3.4. Vale-transporte.....	639
2.2.3. Gratificação semestral.....	602	3.4.1. Desconto no salário do empregado.....	639
2.3. Décimo terceiro salário	603	3.4.2. Natureza jurídica da parcela.....	640
2.3.1. Décimo terceiro salário proporcional	604	3.4.3. Vale-transporte nas férias e faltas do empregado	640
2.4. Outras parcelas salariais.....	604	3.4.4. Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso	640
2.5. Adicionais salariais	605	3.4.5. Declaração falsa e mau uso do vale-transporte.....	641
2.5.1. Adicional de hora extraordinário	605	3.4.6. Ônus da prova.....	641
2.5.1.1. Introdução	605	3.5. Salário-família.....	641
2.5.1.1. Elevação do divisor do salário-hora por instrumento coletivo de trabalho.....	607	3.5.1. Carência	641
2.5.2. Adicional noturno	608	3.5.2. Valor do benefício.....	642
2.5.3. Adicional de transferência	609	3.5.3. Cessação do benefício	642
2.5.4. Adicional de periculosidade.....	610	3.6. PIS/PASEP	642
2.5.4.1. Atividades perigosas.....	610	3.7. Stock option.....	643
2.5.4.2. Base de cálculo	615	3.8. Abonos (Reforma Trabalhista)	643
2.5.4.3. Necessidade de perícia.....	616	3.9. Prêmios (Reforma Trabalhista)	644
		3.9.1. Prêmios na MP nº 905/2019 (Revogada)	644
		3.9.2. Bichos.....	645

3.10. Auxílio-alimentação (Reforma Trabalhista).....	645	2.2. Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho.....	694
4. Salário-utilidade ou salário in natura.....	646	2.3. Julgamento das ADI 1625 e ADC 39.....	695
4.1. Natureza jurídica da utilidade.....	647	3. Estabilidade por tempo de serviço.....	696
5. Da forma, do tempo e do local do pagamento.....	649	4. Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias.....	696
6. Garantias de proteção ao salário.....	650	4.1. Dirigente sindical.....	696
6.1. Irredutibilidade salarial.....	651	4.2. Empregada gestante.....	699
6.1.1. Redução proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção.....	651	4.2.3. Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado.....	703
6.2. Intangibilidade salarial.....	653	4.2.3.1. Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?.....	705
6.3. Vedação ao truck system.....	654	4.2.4. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária.....	706
6.4. Pagamento na primeira audiência judicial.....	655	4.2.4.1. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).....	706
6.5. Proteção em face dos credores.....	655	4.2.5. Exigência de certidão de nascimento do filho.....	708
6.6. Pagamento por fora ou extrafolha.....	656	4.2.6. Efeitos da dispensa da gestante.....	708
7. Equiparação salarial (Reforma Trabalhista).....	656	4.2.7. Estabilidade da gestante e redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção.....	709
7.1. Requisitos da equiparação salarial.....	657	4.2.8. Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres.....	709
7.1.1. Identidade de empregadores.....	657	4.2.9. Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022).....	710
7.1.2. Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador.....	658	4.3. Empregado representante da CIPA.....	714
7.1.3. Identidade de funções.....	659	4.4. Empregado acidentado.....	715
7.1.4. Trabalho de igual valor.....	659	4.5. Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP.....	716
7.1.5. Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma função de, no máximo, 2 anos.....	660	4.6. Representante dos empregados (Reforma Trabalhista).....	716
7.1.6. Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários.....	660	4.7. Outras hipóteses.....	717
7.1.6.1. Critérios de promoção por antiguidade e merecimento..	661	4.7.1. Membros do Conselho Nacional da Previdência Social.....	717
7.2. Trabalhador readaptado.....	662	4.7.2. Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.....	717
7.3. Equiparação salarial na Administração Pública..	662	4.7.3. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas.....	717
7.4. Equiparação salarial em cadeia.....	663	4.7.4. Empregado público.....	717
7.5. Multa por conduta discriminatória.....	665	4.7.4.1. Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF).....	718
7.6. Equiparação por equivalência e salário-substituição.....	666	4.7.4.2. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).....	720
8. aCÚMULO DE FUNÇÃO E DESVIO DE FUNÇÃO.....	667	4.7.5. Pandemia – Estabilidade provisória na hipótese de redução de salários e de jornada ou de suspensão temporária do contrato de trabalho (art. 10 da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção...	720
8.1. Acúmulo de função.....	667		
8.2. Desvio de função.....	669		
8.3. Semelhanças e diferenças entre o acúmulo de função e o desvio de função.....	670		
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	671		
10. Legislação relacionada ao capítulo.....	677		
11. Questões fundamentadas.....	677		
12. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	685		
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?..	685		
CAPÍTULO VIII			
ESTABILIDADE E FGTS.....			
1. Introdução.....	693		
2. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do stf sobre a convenção 158 da oit.....	693		
2.1. Causa justificada e justa causa.....	694		

4.7.6. Estabilidade da pessoa com deficiência durante a pandemia do coronavírus (art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção.....	721	1.6. Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho	759
4.7.7. Programa Especial de Suporte a Empregos (Lei nº 14.043/2020)	721	2. da reparação do dano nas relações de trabalho e indenizações.....	759
4.8. Compromissos públicos de manutenção de emprego.....	721	2.1. Introdução	759
5. Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS.....	722	2.2. Dano material ou patrimonial.....	760
5.1. Introdução	722	2.3. Dano moral ou extrapatrimonial (Reforma Trabalhista)	761
5.3. Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS	724	2.3.1. Regulamentação do dano extrapatrimonial.....	761
5.4. Trabalhadores com direito ao FGTS.....	726	2.3.2. Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial.....	762
5.5. Alíquotas e depósitos	726	2.3.2.1. Dano imaterial.....	763
5.5.1. Correção monetária dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS (ADI 5090/DF).....	728	2.3.2.2. Ação ou omissão e nexos causal.....	763
5.6. Hipóteses de saque dos depósitos	729	2.3.2.3. Culpa em sentido lato.....	764
5.6.1. Saque do FGTS e desastres naturais	730	2.3.3. Titularidade do direito à reparação do dano.....	764
5.6.2. A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário	731	2.3.3.1. Dano moral em ricochete em caso de morte do trabalhador (tese vinculante nº 181 do TST).....	766
5.6.3. Indenização sobre o FGTS.....	731	2.3.4. Bens jurídicos tutelados	767
5.7. Prescrição.....	732	2.3.4.1. Bens juridicamente tutelados da pessoa física	767
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	734	2.3.4.2. Bens juridicamente tutelados da pessoa jurídica.....	767
6. Legislação relacionada ao capítulo.....	736	2.3.5. Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão.....	768
7. Questões fundamentadas	737	2.3.6. Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais	769
8. Meu resumo para memorização do Capítulo	742	2.3.6.1. Perdas e danos	769
8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	742	2.3.7. Arbitramento do dano moral.....	770
		2.3.7.1. Da inconstitucionalidade do dispositivo (ADI 6050 – interpretação conforme à Constituição).....	773
		2.3.8. Dano moral coletivo.....	773
		2.3.9. Existe dano moral automático? O que é dano moral in re ipsa?	774
		2.3.9. Transporte de valores por empregado não especializado (Tese vinculante nº 61 do TST)	778
		2.4. Dano estético.....	778
		2.5. Dano existencial	778
		2.5.1. Direito à desconexão	779
		2.6. Assédio nas relações de trabalho.....	780
		2.6.1. Assédio moral.....	780
		2.6.2. Assédio eleitoral.....	781
		2.6.3. Assédio sexual.....	782
		2.6.3.1. Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência.....	784
		2.6.4. Assédio processual.....	785
		2.6.5. Assédio religioso.....	785
		2.7. Do papel de outros agentes e órgãos de proteção no combate ao assédio nas organizações....	785
		2.8. Competência para julgar ações envolvendo dano moral	786

CAPÍTULO IX

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E INDENIZAÇÕES

1. Segurança e Medicina do Trabalho (meio ambiente de trabalho)	749
1.1. Introdução	749
1.2. Deveres do empregador.....	750
1.3. Deveres do empregado	751
1.4. Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego	752
1.4.1. Interdição ou embargo e inspeção prévia.....	753
1.4.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).....	754
1.5. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio.....	755
1.5.1. Objetivos e atribuições da CIPA.....	756
1.5.2. Constituição e organização da CIPA.....	756
1.5.3. Mandato e estabilidade.....	758

3. Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho.....	787	2.1.1. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT.....	817
3.1. Introdução.....	787	2.1.2. Hipóteses de rescisão unilateral.....	817
3.2. Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro.....	787	2.1.2.1. Pedido de demissão.....	817
3.3. Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho.....	787	2.1.2.2. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV.....	821
3.3.1. Acidente de trabalho.....	788	2.1.2.2.1. Natureza jurídica do PDV.....	821
3.3.1.1. Acidente de trabalho típico...	788	2.1.2.2.2. Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista.....	821
3.3.1.2. Acidente de trabalho equiparado.....	788	2.1.2.2.3. Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos.....	822
3.3.1.3. Doença ocupacional e COVID-19.....	790	2.1.2.2.4. Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista.....	822
3.3.1.4. Trabalhador autônomo e acidente de trabalho.....	791	2.1.2.2.5. Quitação plena e irrevogável.....	823
3.3.2. Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT.....	791	2.1.3. Rescisão Bilateral: Distrato (Reforma Trabalhista).....	824
3.3.3. Nexos de causalidade.....	792	2.1.3.1. Verbas rescisórias devidas no distrato.....	826
3.3.4. Estabilidade do acidentado.....	792	2.1.3.2. Saque dos depósitos do FGTS.....	827
3.3.5. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador.....	794	2.1.3.3. Projeção do aviso prévio indenizado no distrato.....	827
3.4. Reparação do dano decorrente de acidentes de trabalho.....	796	2.1.3.4. Seguro-desemprego.....	827
3.4.1. Dano material e moral.....	796	2.2. Resolução.....	828
3.4.2. Perda de uma chance.....	796	2.2.1. Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT.....	828
3.4.3. Indenização por morte da vítima.....	797	2.2.1.1. Multa do art. 477, § 8º, na reversão da justa causa (Tese vinculante nº 71 do TST).....	832
3.4.4. Indenização por incapacidade transitória.....	798	2.2.2. Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT.....	833
3.4.5. Indenização por incapacidade permanente (invalidez).....	798	2.2.2.1. Multa do § 8º, art. 477 da CLT em caso de rescisão indireta (Tese vinculante nº 52 do TST).....	835
3.4.6. Dano estético.....	800	2.2.3. Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST).....	836
3.5. Competência para julgar ações envolvendo acidente de trabalho.....	800	2.3. Rescisão.....	837
4. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	801	2.4. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	837
5. Legislação relacionada ao capítulo.....	801	2.4.1. Término do contrato por prazo determinado.....	837
6. Questões fundamentadas.....	801	2.4.2. Força maior.....	839
7. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	807	2.4.2.1. Dispensa por força maior durante a pandemia.....	839
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	807	2.4.3. Morte do empregador – art. 485, CLT... ..	840
		2.4.4. Aposentadoria.....	840
		2.4.5. Fato do príncipe ou <i>factum principis</i>	841
		2.4.5.1. Fato do príncipe durante a pandemia.....	841
		2.4.6. Dispensa discriminatória.....	841
		2.4.6.1. Indenização dobrada pela dispensa discriminatória.....	843
		2.4.6.2. ADPF 648 e a constitucionalidade da Súmula nº 443 do TST.....	844

CAPÍTULO X

AVISO-PRÉVIO, TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....

1. Aviso-prévio.....	809
1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio.....	810
1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador.....	811
1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado.....	815
1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado.....	815
1.5. Reconsideração do aviso-prévio.....	815
1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio.....	815
2. Término do contrato de trabalho.....	816
2.1. Rescisão.....	816

3.2.1.7.	Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT.....	914	4.3.1.	Natureza salarial da parcela recebida....	944
3.2.1.8.	Autorização individual, expressa e por escrito e a MP nº 873/2019.....	914	4.3.2.	Alteração prejudicial do contrato de trabalho	944
3.2.1.9.	Contribuição sindical e condutas antissindiais (Orientação nº 13 da CONALIS do MPT)....	915	4.3.3.	Pagamento parcelado de gratificações.	944
3.2.1.10.	Competência da Justiça Comum para processar e julgar ações envolvendo contribuição sindical de servidores públicos estatutários	915	4.3.4.	Fracionamento de férias.....	944
3.2.2.	Contribuição confederativa	916	4.3.5.	Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT	945
3.2.3.	Contribuição assistencial.....	917	4.4.	Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	945
3.2.3.1.	Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição (IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000)	919	4.5.	Litisconsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenham como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho ..	946
3.2.3.2.	Do papel da Justiça do Trabalho diante de cobranças abusivas.....	920	4.5.1.	Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista).....	947
3.2.3.3.	TAC sobre contribuição assistencial firmado anteriormente ao Tema nº 935 da Repercussão Geral do STF	920	4.5.2.	Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo	948
3.2.3.4.	Repasse de contribuições das empresas diretamente ao sindicato da categoria profissional.....	921	4.6.	Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 do STF)	949
3.2.4.	Mensalidade sindical.....	922	4.6.1.	Rol taxativo de limitação à negociação coletiva.....	959
3.3.	Federação e confederação	922	4.6.2.	Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS	960
3.4.	Centrais sindicais	923	4.6.3.	Seguro-desemprego	960
4.	Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo...	924	4.6.4.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	960
4.1.	Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista).....	926	4.6.5.	Salário mínimo	960
4.1.1.	Tema 1046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado .	929	4.6.6.	Valor nominal do 13º salário.....	961
4.2.	Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) de valorização do negociado.....	930	4.6.7.	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.....	961
4.2.1.	Jornada de Trabalho.....	932	4.6.8.	Proteção do salário	961
4.2.2.	Banco de horas.....	932	4.6.9.	Salário-família	962
4.2.3.	Intervalo Intrajornada	933	4.6.10.	Repouso semanal remunerado	962
4.2.4.	Programa Seguro-Emprego.....	934	4.6.11.	Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.....	963
4.2.5.	Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança ..	935	4.6.12.	Direito de férias e duração	963
4.2.6.	Regulamento de empresa	936	4.6.13.	Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias.....	963
4.2.7.	Representante dos trabalhadores no local de trabalho	936	4.6.14.	Licença-paternidade.....	964
4.2.8.	Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.....	936	4.6.15.	Proteção do mercado de trabalho da mulher.....	965
4.2.9.	Remuneração por produtividade e por desempenho individual.....	937	4.6.16.	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de, no mínimo, 30 dias.....	966
4.2.10.	Registro de Jornada.....	938	4.6.17.	Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego	966
4.2.11.	Troca de dia dos feriados	938	4.6.18.	Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas	966
4.2.12.	Enquadramento do grau de insalubridade.....	938	4.6.19.	Aposentadoria.....	967
4.2.13.	Prorrogação da jornada em ambientes insalubres	940	4.6.20.	Seguro contra acidentes de trabalho	967
4.2.14.	Prêmios e incentivos	941	4.6.21.	Prescrição	967
4.2.15.	Participação nos lucros ou resultados da empresa	942	4.6.22.	Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência	968
4.3.	Discussões sobre os limites da flexibilização trabalhista por instrumento coletivo	942	4.6.23.	Trabalho do adolescente e Medidas de proteção legal às crianças e adolescentes	968
			4.6.24.	Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.....	969
			4.6.25.	Liberdade de associação profissional ou sindical	969

4.6.26. Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista.....	969	2.3. Estrutura tripartite.....	1027
4.6.27. Direito de greve e serviços essenciais ...	970	2.4. Composição e competências.....	1030
4.6.28. Tributos e outros créditos de terceiros..	970	3. Convenções e recomendações internacionais do trabalho.....	1031
4.6.29. Proteção do trabalho da mulher.....	971	3.1. Natureza jurídica.....	1032
4.6.30. Regras sobre duração do trabalho e intervalos.....	971	3.2. Ciclo de vida das convenções e recomendações da OIT.....	1034
4.7. Dispensa em massa (Reforma Trabalhista).....	972	3.2.1. Processo de elaboração e aprovação de uma convenção da OIT.....	1034
4.8. Requisitos formais da negociação coletiva.....	974	3.2.2. Processo de ratificação e aplicação de uma convenção da OIT.....	1037
4.9. Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	976	3.2.3. Vigência de uma convenção da OIT.....	1039
4.9.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST.....	977	3.2.4. Revisão de uma convenção da OIT.....	1040
4.9.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST.....	978	3.2.5. Denúncia de uma convenção da OIT.....	1040
4.9.3. Liminar do STF (APDF 323/DF).....	979	4. Core obligations e as Convenções Fundamentais da OIT.....	1041
4.9.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista.....	980		
4.9.5. Decisão final do STF (APDF 323/DF).....	981		
4.9.6. Sentença normativa.....	981		
5. Greve.....	982		
5.1. Introdução.....	982		
5.2. Interesses defendidos na greve.....	984		
5.3. Direitos e deveres dos grevistas.....	984		
5.4. Greve em serviços essenciais.....	985		
5.5. Requisitos para o exercício do direito de greve.....	986		
5.6. Greve no serviço público.....	987		
6. Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista).....	990		
6.1. Composição da comissão de representantes.....	991		
6.2. Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados.....	992		
6.3. Eleição dos representantes dos empregados.....	993		
6.4. Mandato do membro da comissão de representantes do empregado.....	995		
6.4.1. Estabilidade do membro da comissão de representantes.....	995		
6.4.2. Guarda de documentos.....	996		
7. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.....	996		
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	997		
9. Legislação relacionada ao capítulo.....	998		
10. Questões fundamentais.....	999		
11. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1012		
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	1013		

CAPÍTULO XII

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO (CONVENÇÕES DA OIT)....

1. Introdução.....	1021
2. Organização internacional do trabalho.....	1023
2.1. Histórico da OIT.....	1023
2.2. Definição, natureza jurídica e finalidades.....	1026

● PARTE II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

FONTES E INTEGRAÇÃO. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO.....

1. Fontes e integração.....	1049
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço.....	1050
2.1. Eficácia no tempo.....	1050
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	1051
2.1.1.1. Honorários Periciais.....	1053
2.1.1.2. Honorários Advocatícios.....	1053
2.1.1.3. Recursos.....	1053
2.2. Eficácia no espaço.....	1054
3. Princípios.....	1054
3.1. Introdução.....	1054
3.2. Princípios do processo do trabalho.....	1054
3.2.1. Princípio da proteção.....	1055
3.2.2. Princípio da conciliação.....	1055
3.2.3. Princípio do jus postulandi	1055
3.2.4. Princípio da oralidade.....	1056
3.2.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	1056
3.2.6. Princípio da extrapetição.....	1056
3.2.7. Princípio da simplicidade.....	1057
3.3. Princípios do Código de Processo Civil.....	1057
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	1057
3.3.2. Princípio da cooperação.....	1057
3.3.3. Princípio da boa-fé.....	1058
3.4. Outros princípios processuais.....	1058
3.4.1. Princípio dispositivo.....	1058
3.4.2. Princípio inquisitivo.....	1058
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	1058

3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas	1059
3.4.5. Princípio da preclusão	1059
4. Legislação relacionada ao capítulo.....	1059
5. QUESTÕES FUNDAMENTADAS.....	1059
6. meu resumo para memorização do capítulo.....	1061
6.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1061

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Introdução	1063
2. Tribunal Superior do Trabalho	1063
3. Tribunais Regionais do Trabalho	1065
4. Juízes do trabalho.....	1066
5. Ingresso na carreira	1067
6. Garantias dos juízes.....	1067
7. Vedações dos juízes.....	1067
8. Deveres e poderes dos juízes	1068
9. “Juízo 100% Digital”	1068
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	1069
10.1. Secretarias das varas do trabalho.....	1069
10.2. Secretarias dos tribunais	1070
10.3. Serviços de distribuição de feitos.....	1070
10.4. Oficiais de justiça avaliadores.....	1071
11. Legislação relacionada ao capítulo.....	1071
12. Questões fundamentadas.....	1071
13. Meu resumo para memorização do Capítulo	1073
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1073

CAPÍTULO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

1. Ministério público: Conceito.....	1075
2. Organização	1075
3. Ministério público do trabalho.....	1076
4. Princípios institucionais	1077
4.1. Unidade	1077
4.2. Indivisibilidade.....	1077
4.3. Independência funcional	1077
4.4. Promotor natural	1077
5. Atribuições do ministério público do trabalho.....	1077
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo ministério público.....	1078
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	1079
8. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1079

9. legislação relacionada ao capítulo.....	1080
10. Questões fundamentadas.....	1080
11. Meu resumo para memorização do Capítulo	1082
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1082

CAPÍTULO IV

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO

1. Formas de solução de conflitos.....	1085
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição)	1085
2.1. Mediação e Conciliação.....	1085
2.2. Comissão de Conciliação Prévia.....	1087
2.2.1. Introdução.....	1087
2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa	1087
2.2.3. Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia	1087
2.2.4. Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP	1088
2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial.....	1088
3. Arbitragem	1089
4. Jurisdição	1089
4.1. Jurisdição voluntária.....	1089
4.2. Jurisdição voluntária no processo do trabalho... ..	1089
4.3. Procedimento da homologação de acordo extrajudicial	1089
4.3.1. Petição conjunta.....	1090
4.3.2. Representação por advogado.....	1090
4.3.3. Prazo para analisar o acordo extrajudicial	1090
4.3.4. Realização de audiência	1090
4.3.5. Sentença.....	1090
4.3.6. Requisitos do acordo extrajudicial	1091
4.3.6.1. Transação.....	1091
4.3.6.2. Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias	1091
4.3.6.3. Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho)	1092
4.3.7. Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional.....	1092
5. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1093
6. Legislação relacionada ao capítulo.....	1094
7. Questões fundamentadas	1094
8. Meu resumo para memorização do Capítulo	1095
8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1095

CAPÍTULO V**COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Competência	1097
1.1. Introdução	1097
1.2. Competência absoluta e relativa	1098
1.2.1. Competência absoluta	1098
1.2.2. Competência relativa	1098
1.2.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa	1099
2. Critérios de modificação da competência	1099
2.1. Conexão e continência	1099
3. Competência em razão da matéria e da pessoa	1100
3.1. Ações oriundas da relação do trabalho	1101
3.1.1. Relações de consumo	1101
3.1.2. Honorários advocatícios	1102
3.1.3. Ações Penais	1102
3.1.4. Representantes Comerciais	1102
3.1.5. Motoristas de Aplicativo	1102
3.1.6. Transportadores autônomos	1103
3.2. Entes de direito público externo	1103
3.2.1. Estados estrangeiros	1103
3.2.2. Organismos ou organizações internacionais	1104
3.3. Servidores da administração pública	1104
3.3.1. Relação empregatícia	1105
3.3.2. Vínculo estatutário	1105
3.3.3. Vínculo temporário	1106
3.3.4. Cargo em comissão	1106
3.3.5. Alteração do regime de contratação	1106
3.3.5.1. Empregados contratados antes da CF/88, sem submissão do concurso público	1106
3.3.5.2. Contratação sem concurso público após a CF/88	1107
3.4. Competência trabalhista perante a greve	1107
3.4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	1108
3.5. Ações envolvendo sindicatos	1108
3.6. Mandado de segurança, habeas corpus e habeas data	1109
3.6.1. Mandado de segurança	1109
3.6.2. Habeas Corpus	1109
3.6.3. Habeas Data	1110
3.7. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	1110
3.8. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	1111
3.9. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	1111
3.10. Outras competências da Justiça do Trabalho	1112
3.11. Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho	1112
3.12. Competência normativa	1112
4. Competência funcional	1113
5. Competência em razão do lugar (territorial)	1113
5.1. Local da prestação dos serviços	1114
5.1.1. Prestação de serviços em diversas localidades	1114

5.2. Agente ou viajante comercial	1114
5.3. Empregado brasileiro que trabalha no exterior	1114
5.4. Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	1115
5.5. Competência Territorial na Ação Civil Pública	1116
5.6. Foro de eleição	1116
6. Conflitos de competência	1117
7. Teses vinculantes do TST	1118
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1119
9. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1120
10. legislação relacionada ao capítulo	1133
11. Questões fundamentadas	1133
12. Meu resumo para memorização do Capítulo	1138
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1138

CAPÍTULO VI**PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO**

1. Conceito	1141
2. Capacidade de ser parte	1141
3. Capacidade processual	1141
3.1. Representação	1142
3.1.1. Incapazes	1142
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas	1143
3.1.3. Representação em audiência	1144
4. Capacidade postulatória e o jus postulandi	1145
5. Representação por advogado	1146
5.1. Substabelecimento	1147
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento	1148
5.3. Mandato tácito	1148
5.4. Estagiário	1149
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	1149
5.6. Regularização da representação	1150
6. Honorários advocatícios	1151
6.1. Honorários advocatícios sucumbenciais	1151
7. benefício da justiça gratuita	1153
7.1. Conceito	1153
7.2. Características do benefício da justiça gratuita	1153
7.3. Sujeitos beneficiários	1155
7.4. Abrangência da gratuidade	1156
7.5. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	1157
8. Litisconsórcio	1157
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	1159
9. Substituição processual	1159
10. Sucessão processual	1160
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo	1161

12. Litigância de má-fé.....	1162
12.1. Beneficiário da justiça gratuita.....	1163
12.2. Direito intertemporal (Lei nº 13.467/17)	1163
13. Assédio processual	1163
14. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe.....	1164
14.1. Procedimento	1164
14.2. Coronavírus e fato do príncipe	1165
15. Teses vinculantes do TST.....	1166
16. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1167
17. Informativos do TST relacionados ao Tema.....	1170
18. Legislação relacionada ao capítulo.....	1180
19. Questões fundamentadas.....	1180
20. Meu resumo para memorização do Capítulo	1182
20.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1182

CAPÍTULO VII

ATOS PROCESSUAIS	1185
1. Introdução	1185
2. Comunicação dos atos processuais	1186
2.1. Formas de citação.....	1186
2.2. Formas de intimação	1188
3. Prazos processuais.....	1189
3.1. Princípios dos prazos processuais	1190
3.2. Contagem dos prazos processuais.....	1191
3.2.1. Contagem em dias úteis	1191
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	1192
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico	1192
3.2.4. Interrupção e suspensão	1193
3.2.4.1. Recesso forense	1193
3.3. Prazos diferenciados	1194
3.4. Principais prazos processuais	1195
4. Despesas processuais	1196
4.1. Custas processuais.....	1196
4.1.1. Valor das custas processuais	1196
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas.....	1197
4.1.3. Momento do recolhimento das custas..	1197
4.1.4. Isentos do pagamento das custas	1198
4.2. Valor dos emolumentos	1198
4.3. Honorários periciais	1198
5. Negócio jurídico processual.....	1199
6. Teses vinculante do TST	1201
7. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1201
8. Informativos do TST relacionados ao Tema	1203
9. legislação relacionada ao capítulo	1204
10. Questões fundamentadas.....	1204
11. Meu resumo para memorização do capítulo.....	1206
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1206

CAPÍTULO VIII

NULIDADES PROCESSUAIS	1209
1. Vícios processuais: classificação	1209
2. Princípios das nulidades processuais.....	1209
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	1209
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	1210
2.3. Princípio da economia processual.....	1210
2.4. Princípio do interesse	1210
2.5. Princípio da utilidade	1210
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas	1211
3. Quadro resumido.....	1211
4. Informativos do tst relacionados ao tema	1211
5. Legislação relacionada ao capítulo	1212
6. Questões fundamentadas.....	1212
7. Meu resumo para memorização do Capítulo	1213
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1213

CAPÍTULO IX

PETIÇÃO INICIAL	1215
1. Formas de reclamação	1215
2. Requisitos da petição inicial	1215
2.1. Causa de pedir (breve exposição dos fatos).....	1216
2.2. Pedido.....	1216
2.2.1. Requisitos do pedido	1217
2.2.2. Cumulação de pedidos.....	1217
3. Aditamento e emenda da petição inicial.....	1218
4. Indeferimento da petição inicial	1219
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial.....	1220
5. Improcedência liminar do pedido.....	1220
6. Desistência da reclamação	1221
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	1222
7. precedentes vinculantes do TST	1223
8. Informativos do TST relacionados ao Tema	1223
9. Legislação relacionada ao capítulo	1224
10. Questões fundamentadas.....	1225
11. Meu resumo para memorização do Capítulo	1225
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1226

CAPÍTULO X

AUDIÊNCIAS	1229
1. Generalidades	1229
2. Atraso na audiência.....	1230
3. Fracionamento da audiência.....	1231
4. Comparecimento das partes	1231

4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto.....	1231	3.2.5. Produção de prova oral.....	1262
4.2. Ausência do reclamante.....	1232	3.2.6. Decisão da exceção de incompetência.....	1262
4.3. Ausência do reclamado.....	1233	3.2.7. Recorribilidade da decisão proferida na exceção.....	1263
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público.....	1234	3.2.8. Fluxograma.....	1263
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	1234	4. Reconvenção.....	1264
4.4. Comparecimento na audiência inaugural e não pagamento das verbas rescisórias incontroversas.....	1235	5. Teses vinculantes do tst.....	1264
5. Suspensão da audiência.....	1236	6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1264
6. Audiências telepresenciais e por videoconferência.....	1236	7. Informativos do TST relacionados ao Tema.....	1265
6.1. Distinção.....	1236	8. Legislação relacionada ao capítulo.....	1265
6.2. Audiência por videoconferência.....	1237	9. Questões fundamentadas.....	1265
6.3. Audiência telepresencial.....	1238	10. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1266
6.4. Regras comuns.....	1239	10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	1267
6.5. Sustentação oral.....	1239		
7. Acordo judicial.....	1239		
8. Teses vinculantes do tst.....	1241		
9. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1241		
10. Informativo do TST Relacionado ao Tema.....	1242		
11. Legislação relacionada ao capítulo.....	1244		
12. Questões fundamentadas.....	1244		
13. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1247		
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	1247		
CAPÍTULO XI		CAPÍTULO XII	
RESPOSTA DO RÉU		PROVAS	
1. Introdução.....	1251	1. Introdução.....	1269
2. Contestação.....	1252	2. Princípios da prova.....	1270
2.1. Defesas processuais.....	1252	2.1. Contraditório e ampla defesa.....	1270
2.1.1. Incompetência relativa.....	1252	2.2. Necessidade.....	1270
2.1.2. Legitimidade.....	1252	2.3. Oralidade.....	1271
2.2. Defesas de mérito.....	1253	2.4. Imediação.....	1271
2.2.1. Compensação x dedução x retenção.....	1254	2.5. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova.....	1271
2.3. Princípios.....	1255	3. Classificação.....	1272
2.3.1. Princípio da impugnação específica.....	1255	4. Ônus da prova.....	1272
2.3.2. Princípio da eventualidade.....	1255	4.1. Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional).....	1273
2.4. Revelia.....	1255	4.1.1. Teoria Estática do ônus da prova.....	1273
2.4.1. Não produção dos efeitos da revelia.....	1256	4.1.2. Teoria dinâmica do ônus da prova.....	1273
2.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	1256	4.1.2.1. Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova.....	1274
3. Exceções.....	1257	4.1.2.2. Fundamentação da decisão... ..	1274
3.1. Exceção de impedimento e suspeição.....	1258	4.1.2.3. Prova impossível ou excessivamente difícil.....	1274
3.1.1. Momento de Alegação.....	1259	4.1.3. Distribuição convencional do ônus da prova.....	1275
3.1.2. Procedimento.....	1259	4.2. Casos específicos na jurisprudência do TST.....	1275
3.2. Exceção de incompetência (relativa).....	1260	4.2.1. Equiparação salarial.....	1275
3.2.1. Prazo para apresentação.....	1261	4.2.2. Recebimento da notificação.....	1275
3.2.2. Necessidade de indicação do juízo competente.....	1262	4.2.3. Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho.....	1276
3.2.3. Suspensão do processo.....	1262	4.2.4. Horas extraordinárias.....	1276
3.2.4. Contraditório.....	1262	4.2.4.1. Registro de ponto por exceção.....	1278
		4.2.5. Dispensa discriminatória de portador de doença grave.....	1279
		4.2.6. Vale-transporte.....	1279
		4.2.7. Diferenças no recolhimento do FGTS....	1280
		4.2.8. Grupo econômico.....	1280
		4.2.9. Terceirização pela administração pública.....	1280
		5. Prova emprestada.....	1281

6. Meios de prova	1282
6.1. Interrogatório e depoimento pessoal	1282
6.1.1. Confissão	1284
6.2. Prova testemunhal	1285
6.2.1. Generalidades	1285
6.2.2. Quem pode testemunhar?.....	1285
6.2.3. Número máximo de testemunhas.....	1287
6.2.4. Comparecimento das testemunhas em audiência	1287
6.2.5. Procedimento.....	1288
6.2.6. Multa aplicada à testemunha	1289
6.2.7. Instauração de incidente.....	1289
6.3. Prova documental	1290
6.3.1. Falsidade de documento.....	1291
6.4. Prova pericial	1292
6.5. Inspeção judicial	1294
7. Provas e a lei geral de proteção de dados (LGPD)	1295
8. Encerramento da instrução.....	1295
9. Teses vinculantes do stf	1296
10. TEses vinculantes do TST	1296
11. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1297
12. Informativos do TST Relacionado ao Tema	1298
13. legislação relacionada ao capítulo	1306
14. Questões fundamentadas.....	1306
15. Meu resumo para memorização do Capítulo	1310
15.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1311

CAPÍTULO XIII

SENTENÇA E COISA JULGADA	1315
1. Pronunciamentos judiciais.....	1315
1.1. Sentença	1315
1.2. Decisão Interlocutória	1316
1.3. Despacho.....	1316
1.4. Acórdão.....	1316
2. Requisitos da sentença	1316
2.1. Fundamentação	1317
3. Classificação	1319
4. Princípio da congruência	1320
5. Publicação e intimação	1321
6. Julgamento Antecipado.....	1322
6.1. Julgamento Antecipado Total.....	1322
6.2. Julgamento Parcial do Mérito.....	1322
7. Efeitos anexos da sentença.....	1323
7.1. Hipoteca Judiciária	1323
8. Coisa Julgada	1324
10. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1325
11. Informativos do TST Relacionados ao Tema.....	1325
12. legislação relacionada ao capítulo.....	1327
13. Meu resumo para memorização do Capítulo	1327

13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1327
---	------

CAPÍTULO XIV

TUTELA PROVISÓRIA	1331
1. Tutela provisória	1331
1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência	1332
2. Tutelas de urgência	1332
2.1. Requisitos para concessão	1333
2.2. Formas de requerimento.....	1334
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	1335
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada	1335
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	1336
3. Tutela de evidência.....	1336
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	1336
4. Momento de concessão e meios de impugnação.....	1337
5. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1338
6. Informativos do TST relacionados ao tema	1338
7. legislação relacionada ao capítulo.....	1339
8. Questões fundamentadas.....	1339
9. Meu resumo para memorização do Capítulo	1339
9.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1340

CAPÍTULO XV

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO	1343
1. Procedimento Sumaríssimo	1343
1.1. Incidência	1343
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação.....	1343
1.3. Audiência.....	1344
1.4. Sentença	1344
1.5. Recursos	1344
1.5.1. Recurso ordinário.....	1344
1.5.2. Recurso de revista.....	1345
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência)	1345
2. Procedimento Sumário	1345
3. Procedimento ordinário	1346
5. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1346
6. legislação relacionada ao capítulo.....	1346
7. Questões fundamentadas.....	1347
8. Meu resumo para memorização do Capítulo	1348
8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1348

CAPÍTULO XVI

RECURSOS TRABALHISTAS..... 1351

1. Teoria geral dos recursos	1351	1.6.8.2.3. Depósito em conta vinculada ao juízo.....	1373
1.1. Meios de impugnação.....	1351	1.6.8.2.4. Correção monetária ..	1373
1.2. Conceito de recurso.....	1351	1.6.8.2.5. Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro-garantia judicial.....	1373
1.3. Classificação	1352	1.6.8.2.6. Valor do depósito recursal	1375
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso.	1352	1.6.8.2.7. Redução do valor do depósito recursal pela metade.....	1376
1.3.2. Quanto à fundamentação.....	1352	1.6.8.2.8. Recursos que exigem o depósito recursal....	1377
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada.....	1352	1.6.8.2.9. Diferença no recolhimento do depósito recursal	1377
1.3.4. Quanto à independência	1353	1.6.8.2.10. Isenção do depósito recursal	1377
1.3.5. Resumo das classificações	1354	1.6.9. Regularidade formal.....	1378
1.4. Princípios recursais.....	1354	1.7. Juntada de documentos	1378
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição ...	1354	1.8. Efeitos recursais.....	1379
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade)....	1355	1.8.1. Efeito obstativo.....	1379
1.4.3. Princípio da unirecorribilidade (singularidade).....	1355	1.8.2. Efeito devolutivo	1379
1.4.4. Princípio da consumação.....	1355	1.8.3. Efeito suspensivo.....	1380
1.4.5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade).....	1355	1.8.4. Efeito translativo.....	1381
1.4.6. Princípio da dialeticidade	1356	1.8.5. Efeito regressivo	1382
1.4.7. Princípio da voluntariedade.....	1357	1.8.6. Efeito expansivo	1382
1.4.8. Princípio da proibição da reformatio in pejus	1357	1.8.7. Efeito substitutivo	1382
1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	1357	1.9. Remessa Necessária	1383
1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	1358	2. Recursos em espécie	1384
1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1359	2.1. Embargos de declaração	1384
1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista.....	1361	2.1.1. Introdução.....	1384
1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial.....	1361	2.1.2. Competência	1384
1.5.1.2. Juízo de admissibilidade parcial quando o tema está pacificado em recurso de revista repetitivo, IRDR e assunção de competência	1362	2.1.3. Prazo para interposição.....	1384
1.5.2. Poderes do relator.....	1362	2.1.4. Hipóteses de cabimento	1385
1.6. Pressupostos recursais.....	1364	2.1.5. Pronunciamentos recorríveis	1386
1.6.1. Introdução.....	1364	2.1.6. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1386
1.6.2. Cabimento.....	1364	2.1.7. Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	1387
1.6.3. Legitimidade para recorrer	1364	2.1.8. Embargos de declaração protelatórios..	1387
1.6.4. Interesse em recorrer	1365	2.1.9. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios.....	1388
1.6.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	1365	2.2. Recurso ordinário.....	1388
1.6.5.1. Aceitação da decisão	1365	2.2.1. Introdução.....	1388
1.6.5.2. Renúncia	1365	2.2.2. Hipóteses de cabimento	1389
1.6.5.3. Desistência	1365	2.2.3. Juízo de retratação	1389
1.6.6. Tempestividade	1366	2.2.4. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	1390
1.6.6.1. Intempestividade.....	1367	2.2.5. Recurso ordinário no rito sumaríssimo .	1390
1.6.7. Representação.....	1367	2.3. Agravo de petição	1391
1.6.8. Preparo.....	1369	2.3.1. Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1392
1.6.8.1. Custas processuais.....	1370	2.4. Recurso de revista	1392
1.6.8.2. Depósito recursal.....	1372	2.4.1. Introdução.....	1392
1.6.8.2.1. Generalidades.....	1372	2.4.2. Prazo	1393
1.6.8.2.2. Prazo para recolhimento e comprovação.....	1372	2.4.3. Competência para julgamento.....	1393

2.4.4.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	1393	2.6.5.	Juízo de retratação	1411
2.4.4.1.	Prequestionamento	1394	2.7.	Agravo interno e regimental	1411
2.4.4.2.	Transcendência.....	1395	2.7.1.	Decisão que denega seguimento ao recurso de revista.....	1412
2.4.4.2.1.	Direito intertemporal	1396	2.7.2.	Multa no agravo interno	1413
2.4.5.	Hipóteses de cabimento	1396	2.8.	Recurso extraordinário.....	1414
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial	1396	2.8.1.	Recurso extraordinário repetitivo	1415
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização trabalhista.....	1398	3.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1416
2.4.5.1.1.1.	Direito intertemporal.....	1399	3.1.	Microsistema de julgamentos de causas repetitivas	1416
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	1400	3.2.	Natureza Jurídica	1417
2.4.6.	Rito sumaríssimo.....	1400	3.3.	Cabimento e requisitos	1417
2.4.7.	Fase de execução	1401	3.4.	Competência.....	1417
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	1401	3.5.	Legitimidade	1418
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas.....	1401	3.5.1.	Desistência ou abandono	1418
2.4.9.1.	Introdução	1401	3.6.	Procedimento	1418
2.4.9.2.	Requisitos	1401	3.7.	Meios de impugnação do julgamento do IRDR.....	1419
2.4.9.3.	Processamento	1402	4.	Incidente de Assunção de Competência.....	1420
2.4.9.3.1.	Competência	1402	4.1.	Introdução	1420
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação.....	1402	4.2.	Cabimento	1421
2.4.9.3.3.	Decisão de afetação.....	1402	4.3.	Competência.....	1421
2.4.9.3.4.	Suspensão de outros recursos.....	1402	4.4.	Legitimidade	1421
2.4.9.3.5.	Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho	1403	4.5.	Objetivos	1421
2.4.9.3.6.	Julgamento	1403	4.6.	Requisitos.....	1421
2.4.9.3.7.	Efeito do julgamento para os processos futuros.....	1404	4.7.	Procedimento	1421
2.4.9.3.8.	Desistência da ação em curso no primeiro grau.....	1404	4.8.	Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência.....	1422
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos.....	1405	4.9.	Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência.....	1422
2.5.	Embargos no TST	1405	4.10.	Assunção de competência no TST.....	1423
2.5.1.	Introdução.....	1405	5.	Reclamação	1424
2.5.2.	Embargos infringentes	1405	5.1.	Introdução	1424
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI).....	1406	5.2.	Natureza Jurídica	1424
2.5.3.1.	Introdução.....	1406	5.3.	Cabimento	1424
2.5.3.2.	Prazo	1406	5.4.	Legitimidade	1425
2.5.3.3.	Competência para julgamento	1406	5.5.	Procedimento	1425
2.5.3.4.	Prequestionamento	1407	5.6.	Recursos da decisão da reclamação	1425
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento.....	1407	6.	Reclamação correicional	1426
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	1407	7.	Precedentes vinculantes do tst.....	1427
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	1407	8.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1427
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva.....	1408	9.	Informativos do TST Relacionados ao Tema.....	1436
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade	1408	10.	legislação relacionada ao capítulo.....	1466
2.6.	Agravo de instrumento	1408	11.	Questões fundamentadas	1466
2.6.1.	Cabimento.....	1408	12.	Meu resumo para memorização do Capítulo	1473
2.6.2.	Prazo	1410	12.1.	Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1474
2.6.3.	Competência	1410			
2.6.4.	Pressupostos recursais.....	1410			
2.6.4.1.	Formação do instrumento	1410			

CAPÍTULO XVII

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1483
1. Introdução	1483
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal.....	1484
3. Modalidades de liquidação.....	1484

3.1. Liquidação por cálculos	1484	8.3. Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória	1511
3.1.1. Procedimento	1484	8.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	1512
3.2. Liquidação por arbitramento	1485	8.3.2. Protesto	1513
3.3. Liquidação por artigos	1485	8.3.3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASA/JUD)	1514
4. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	1485	8.4. Nomeação de bens	1514
4.1. Modulação de efeitos	1488	8.5. Penhora	1514
4.2. Condenação em face da Fazenda Pública	1488	8.5.1. Depositário	1516
5. Impugnação da decisão de liquidação	1489	8.5.2. Penhora em dinheiro	1517
6. teses vinculantes do tst	1490	8.5.2.1. Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line)	1517
7. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1490	8.5.2.2. Seguro garantia judicial e fiança bancária	1518
8. Informativos do TST relacionados ao Tema	1491	8.5.2.3. Requisitos para apólice do seguro garantia judicial e da fiança bancária	1518
9. legislação relacionada ao capítulo	1494	8.5.3. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	1519
10. Questões fundamentadas	1494	8.5.4. Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	1520
11. Meu resumo para memorização do Capítulo	1495	8.5.5. Bens impenhoráveis	1520
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1496	8.5.5.1. Impenhorabilidade da remuneração do executado	1521
		8.5.5.2. Impenhorabilidade do bem de família	1522
		8.6. Defesa na execução	1524
		8.6.1. Embargos à execução	1524
		8.6.1.1. Natureza Jurídica	1524
		8.6.1.2. Prazo	1524
		8.6.1.3. Competência	1525
		8.6.1.4. Matérias passíveis de alegação (objeto)	1525
		8.6.1.5. Efeito Suspensivo dos embargos	1525
		8.6.1.6. Procedimento	1526
		8.6.2. Exceção de pré-executividade	1526
		8.6.3. Impugnação à decisão de liquidação	1526
		8.6.4. Embargos de terceiros	1527
		8.6.4.1. Generalidades	1527
		8.6.4.2. Prazo	1527
		8.6.4.3. Competência	1527
		8.7. Prescrição intercorrente	1528
		8.8. Expropriação de bens	1529
		8.8.1. Adjudicação	1529
		8.8.2. Arrematação	1530
		8.8.2.1. Introdução	1530
		8.8.2.2. Legitimidade	1530
		8.8.2.3. Publicidade	1530
		8.8.2.4. Lance	1530
		8.8.2.5. Pagamento	1531
		8.8.2.6. Pagamento parcelado	1531
		8.8.2.6.1. Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado	1531
		8.8.2.6.2. Requerimento de pagamento parcelado	1531

CAPÍTULO XVIII

EXECUÇÃO TRABALHISTA

1. Introdução	1497
2. Título executivo	1497
2.1. Títulos judiciais	1498
2.2. Títulos extrajudiciais	1498
3. Execução provisória e definitiva	1498
4. Competência	1499
5. Legitimidade	1500
5.1. Legitimidade ativa	1500
5.1.1. Execução de ofício	1500
5.2. Legitimidade passiva	1500
6. Responsabilidade patrimonial	1501
6.1. Responsabilidade do sucessor	1502
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização	1502
6.3. Responsabilidade do sócio	1504
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	1504
6.3.1.1. Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1506
6.3.2. Responsabilidade do sócio retirante (ex-sócio)	1506
6.4. Responsabilidade da empresa integrante do Grupo Econômico	1507
6.5. Responsabilidade do cônjuge	1507
7. Fraude contra credores e fraude à execução	1508
7.1. Fraude contra credores	1508
7.2. Fraude à execução	1508
7.2.1. Bens sujeitos a registro	1510
7.3. Principais diferenças	1510
8. Execução por quantia certa	1510
8.1. Introdução	1510
8.2. Citação	1511

do débito pelo executado	1532	8.1. Conceito e natureza jurídica	1580
8.8.2.7. Pagamento a maior ao exequente	1533	8.2. Início da vigência	1581
8.8.3. Meios de impugnação da expropriação	1533	8.3. Prazo de vigência	1581
8.9. Esquema da execução contra devedor solvente	1534	8.4. Extensão	1581
8.10. Remição da execução	1534	9. Coisa julgada	1581
8.11. Execução de prestações sucessivas	1535	10. Recursos	1582
9. Execução de obrigação de fazer e de não fazer	1535	10.1. Efeito suspensivo	1582
9.1. Título judicial	1535	11. Dissídio revisional	1582
9.2. Título extrajudicial	1536	12. Dissídio coletivo na administração pública	1582
10. Execução de contribuições previdenciárias	1537	13. Ação de cumprimento	1583
11. Execução contra a massa falida	1539	13.1. Natureza jurídica	1583
12. Execução Contra Empresa em Recuperação Judicial	1540	13.2. Cabimento	1583
13. Execução contra a fazenda pública	1541	13.3. Competência	1583
13.1. Introdução	1541	13.4. Legitimidade	1584
13.2. Precatório	1542	13.5. Momento do ajuizamento	1584
13.2.1. Ordem preferencial	1543	13.6. Prescrição	1584
13.2.2. Preterição e não inclusão no orçamento	1544	13.7. Objeto	1584
13.3. Requisição de pequeno valor	1544	13.8. Coisa julgada	1584
14. precedentes vinculantes do tst	1545	14. Precedentes vinculantes do TST	1585
15. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1546	15. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1585
16. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1547	16. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1586
17. legislação relacionada ao capítulo	1566	17. Legislação relacionada ao capítulo	1592
18. Questões fundamentadas	1566	18. Questões fundamentadas	1592
19. Meu resumo para memorização do Capítulo	1571	19. eu resumo para memorização do Capítulo	1594
19.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1571	19.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1595

CAPÍTULO XIX

DISSÍDIO COLETIVO	1575
1. Conceito	1575
2. Classificação	1575
3. Poder normativo	1576
3.1. Limites	1576
3.1.1. Limite mínimo	1576
3.1.2. Limite máximo	1576
4. Competência	1577
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público ..	1577
5. Legitimidade	1577
6. Pressupostos processuais específicos	1578
6.1. Negociação prévia	1578
6.2. Autorização em assembleia	1578
6.3. Comum acordo	1579
6.4. Época própria para ajuizamento	1579
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	1579
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	1579
7. Procedimento	1579
8. Sentença normativa	1580

CAPÍTULO XX

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	1599
1. Inquérito para apuração de falta grave	1599
1.1. Cabimento	1599
1.2. Prazo para propositura	1599
1.3. Procedimento	1600
1.4. Efeitos da sentença	1600
1.5. Informativos do TST relacionados ao tema	1601
1.6. Legislação relacionada ao tema	1602
1.7. Questões fundamentadas	1602
1.8. Meu resumo para memorização do Capítulo	1603
1.8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1603
2. Ação Civil Pública	1603
2.1. Introdução	1603
2.2. Cabimento	1603
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	1604
2.4. Competência	1605
2.5. Legitimidade	1606
2.6. Litisconsórcio	1607
2.7. Objeto	1607
2.8. Tutelas de urgência	1608
2.9. Prescrição	1609
2.10. Litispendência	1610

2.11. Instrução	1610	4. Mandado de segurança	1663
2.12. Sentença	1610	4.1. Conceito	1663
2.13. Coisa julgada	1611	4.2. Legitimidade	1663
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos	1611	4.2.1. Legitimidade ativa	1663
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos	1613	4.2.2. Legitimidade passiva	1663
2.13.3. Esquema	1613	4.3. Competência	1664
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios	1613	4.4. Modalidades	1664
2.15. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1614	4.5. Cabimento	1664
2.16. Legislação relacionada ao tema	1619	4.6. Ato ilegal ou abuso de poder	1665
2.17. Questões fundamentadas	1619	4.7. Direito líquido e certo	1665
2.18. Meu resumo para memorização do Capítulo	1620	4.8. Prazo para impetração	1666
2.18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1620	4.9. Petição inicial	1667
3. Ação rescisória	1621	4.10. Despacho da petição inicial	1667
3.1. Introdução	1621	4.11. Informações da autoridade coatora	1667
3.2. Competência	1621	4.12. Parecer do Ministério Público	1667
3.3. Legitimidade	1623	4.13. Defesa oral	1667
3.4. Pressuposto da ação rescisória	1623	4.14. <i>Jus postulandi</i>	1668
3.4.1. Trânsito em julgado	1624	4.15. Honorários advocatícios	1668
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente	1624	4.16. Recurso	1668
3.5. Prazo para ajuizamento	1626	4.17. Reexame necessário	1668
3.5.1. Recurso parcial	1627	4.18. Mandado de segurança coletivo	1668
3.5.2. Acordo homologado judicialmente	1627	4.19. Súmulas e orientações jurisprudenciais	1669
3.6. Hipóteses de cabimento	1627	4.20. Informativos do TST relacionados ao tema	1671
3.6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	1628	4.21. Legislação relacionada ao tema	1684
3.6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo	1629	4.22. Questões fundamentadas	1684
3.6.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	1629	4.23. Meu resumo para memorização do Capítulo	1685
3.6.4. Ofensa à coisa julgada	1630	4.23.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1685
3.6.5. Violação manifesta de norma jurídica	1631	5. Consignação em Pagamento	1686
3.6.6. Prova falsa	1633	5.1. Cabimento	1686
3.6.7. Obtenção de prova nova	1633	5.2. Objeto	1687
3.6.8. Erro de fato	1634	5.3. Competência	1687
3.7. Juízo rescindendo e juízo rescisório	1634	5.4. Legitimidade	1687
3.8. Valor da causa	1635	5.5. Procedimento	1687
3.9. Depósito prévio	1635	5.6. Legislação relacionada ao capítulo	1688
3.10. Procedimento	1635	5.7. Informativo do TST relacionado ao tema	1688
3.11. Honorários advocatícios	1636	5.8. Meu resumo para memorização do Capítulo	1688
3.12. Recurso	1636	5.8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1688
3.13. Ação rescisória de ação rescisória	1636	6. Ação monitória	1689
3.14. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1637	6.1. Conceito	1689
3.15. Informativos do TST relacionados ao tema	1644	6.2. Aplicação ao processo do trabalho	1689
3.16. Legislação relacionada ao tema	1660	6.3. Procedimento	1689
3.17. Questões fundamentadas	1660	6.4. Legislação relacionada ao capítulo	1691
3.18. Meu resumo para memorização do Capítulo	1662	6.5. Meu resumo para memorização do Capítulo	1691
3.18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1662	6.5.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1691

CAPÍTULO XXI

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL

1. Introdução	1693
2. Sistema de peticionamento eletrônico	1694

3. Processo judicial eletrônico	1695	3.8.5. Carta precatória	1705
3.1. Introdução	1695	3.8.6. Autos suplementares no segundo grau	1705
3.2. Assinatura digital	1696	3.9. Administração do sistema	1705
3.3. Usuários	1696	3.9.1. Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	1705
3.3.1. Responsabilidade do usuário	1698	3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe)	1706
3.3.2. Uso inadequado do sistema	1698	3.9.2. Comitês gestores regionais (CGRPJe)	1706
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema	1698	3.9.3. Administrador do sistema	1707
3.5. Recebimento de arquivos	1699	3.9.4. Equipe de teste	1708
3.6. Documentos	1700	4. Informativos do TST	1708
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados	1700	5. Legislação relacionada ao capítulo	1708
3.7. Consulta	1701	6. Questões fundamentadas	1708
3.7.1. Segredo de Justiça e do Sigilo	1701	7. Meu resumo para memorização do Capítulo	1709
3.8. Atos processuais	1701	7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1709
3.8.1. Intimação, citação ou notificação	1701	Bibliografia Parte I - Direito do Trabalho	1711
3.8.2. Prazos processuais	1702	Bibliografia Parte II - Processo do Trabalho	1715
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais	1702		
3.8.2.2. Suspensão	1703		
3.8.3. Juntada de petições	1703		
3.8.3.1. Petição inicial	1703		
3.8.3.2. Resposta do réu	1704		
3.8.4. Audiência	1704		